

INFORMAÇÃO N.º: 2160

DATA: 23/09/2016

ASSUNTO: “Análise dos documentos de habilitação do procedimento por ajuste direto – trabalhos complementares com vista à implementação do Plano de Segurança contra risco de incêndio no Lagar de Vila de Rei ”

Deram entrada os documentos de habilitação referentes a empreitada mencionada em epígrafe.

Da análise aos mesmos, verifica-se que os mesmos estão de acordo com o solicitado e estipulado no Código Contratação Pública e que se encontram válidos.

Face ao estipulado na alínea d) do artigo 95.º do Código de Contratação Pública, para empreitadas até 15.0000,00 € (quinze mil euros) não é exigível a redução do contrato a escrito.

O valor da adjudicação é de 14.200,00 (catorze mil e duzentos euros) inferior ao estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 95 do CCP, pelo que não há necessidade de elaborar o contrato a escrito.

Face ao exposto e dado que não haverá obrigatoriedade de celebrar contrato por escrito, propõem-se que seja notificada a firma da não realização da assinatura do contrato, bem como da necessidade de apresentar o Plano de Segurança e Saúde e de se marcar a consignação da empreitada.

À consideração superior,

Elaborou,

Luis Manuel Cardiga Lopes
(Técnico Superior)